

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Dando continuidade aos trabalhos, nós vamos passar agora, por alguns minutos, um vídeo que fala sobre o Programa de Modernização Legislativa da Câmara dos Deputados.

Por favor, o vídeo. *(Pausa.)*

(Exibição de vídeo.)

(Exibição de vídeo.)

(Exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Muito bem. Através do vídeo, V.Exas. puderam ter um primeiro contato com as alterações e com as mudanças que estão sendo realizadas no sentido de modernizar ainda mais o trabalho parlamentar.

Nós vamos, daqui a alguns minutos, iniciar o processo de eleição da nova Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Por isso, eu já peço que os candidatos a Presidente da Câmara dos Deputados cheguem até o plenário, porque nós vamos ter um período de apresentação das candidaturas e de discursos de cada um dos candidatos por 15 minutos antes do início do processo eleitoral.

Enquanto chegam aqui os candidatos a Presidente, eu gostaria de fazer algumas considerações aos senhores e às senhoras.

Sras. Srs. Parlamentares e cidadãos que assistem a esta sessão.

Tendo em vista que chegamos ao final de meu mandato na

Presidência da Câmara dos Deputados, julgo o momento apropriado para fazermos uma breve avaliação das atividades realizadas durante o biênio 2011/2012. Para tanto, peço-lhes alguns minutos de seu tempo.

O Brasil passa por um dos momentos mais ricos de sua história e é com orgulho que podemos afirmar que a Câmara dos Deputados está sintonizada com o projeto de construção de um País mais justo, social e economicamente desenvolvido e comprometido com as legítimas aspirações de melhoria da qualidade de vida de sua população.

Por meio de um conjunto de políticas públicas consistentes, o Brasil está sabendo elaborar um projeto de construção nacional que combina estabilidade institucional e macroeconômica, crescimento sustentável por meio da expansão do mercado interno, da distribuição de renda e da adoção de políticas sociais inovadoras, iniciativas que, articuladas, têm sido fundamentais para a criação da nova imagem do País no cenário internacional.

Evidentemente, senhoras e senhores, todo esse esforço de construção de um projeto nacional sintonizado com as legítimas aspirações de melhoria das condições de vida da nossa população não teria sido possível sem o comprometimento da Câmara dos Deputados com a discussão e o aprofundamento de inúmeras propostas vinculadas às diversas áreas relacionadas ao desenvolvimento do País.

Em nosso sistema político, cabe ao Parlamento brasileiro o papel fundamental de discutir, aprofundar, aperfeiçoar e articular as mais diversas

propostas políticas visando ao nosso desenvolvimento social e econômico. As políticas públicas que serão revertidas em projetos concretos, com impactos importantes no cotidiano da população, foram exaustivamente debatidas no Plenário e nas Comissões da Câmara dos Deputados, debate esse que expressa, de forma cabal, a autonomia e a relevância do trabalho do Poder Legislativo brasileiro em nosso sistema político.

As mudanças positivas que o Brasil soube construir nos últimos anos têm se expressado no fortalecimento institucional e na crescente qualificação do debate em torno das grandes questões que pautaram a produção legislativa entre 2011 e 2012. Nesse sentido, é inegável que uma nação democrática não pode prescindir das contribuições do Poder Legislativo, fórum onde se expressam, com legitimidade, os diferentes interesses e projetos societários em disputa na democracia representativa.

Aliás, agora em 2013, quando completamos 28 anos da conquista do retorno à normalidade do funcionamento do regime democrático em nosso País, da consolidação de nossas instituições e da convivência harmônica entre os Poderes da República, é com profunda indignação e repulsa que ainda vemos setores da sociedade e da grande imprensa questionarem a existência e própria finalidade do Poder Legislativo. Longe de questionar a importância da liberdade de imprensa e de expressão, porque sem essas prerrogativas também não se constrói democracia, não podemos compactuar com questionamentos dessa natureza. A maior fonte de expressão da opinião pública e da vontade popular não se concretiza em editoriais de jornais ou em matérias descontextualizadas que relegam a recente e bela história que

os brasileiros vêm construindo. A maior expressão da vontade popular está representada nesta Casa, na Câmara dos Deputados, para onde o povo conduz, pelo sufrágio, seus 513 representantes, que têm o dever de defender a própria soberania popular e o pluralismo dos mais variados e legítimos interesses da sociedade.

Não conheço nenhuma sociedade que possamos chamar de “democrática” sem o pleno funcionamento do Poder Legislativo. Vale lembrar aos articulistas da crítica fácil e leviana a célebre formulação de Montesquieu: “Tudo estaria perdido se uma só pessoa, ou um só corpo de notáveis, de nobres ou do povo, exercesse os três poderes: o de fazer as Leis, o de executar as decisões públicas e o de punir os delitos ou contendas entre os particulares”. É dessa concepção que nasce a divisão entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Não há teórico da democracia representativa que não reconheça que o Poder Legislativo é o espaço onde, por meio da discussão e da deliberação, a sociedade afirma a sua soberania e elabora as regras de sua própria convivência civilizada.

A despeito do esforço de alguns setores da sociedade que ainda insistem em tentar deslegitimar o trabalho do Poder Legislativo, podemos afirmar que, nos últimos anos, tenho percebido nos colegas Parlamentares não apenas um aumento do grau de satisfação com nosso trabalho coletivo, mas, inclusive, a manifestação clara do orgulho de ser Deputado e de representar o cidadão brasileiro no Poder Legislativo.

Penso que esse orgulho e satisfação com nosso trabalho coletivo, Senhoras e Senhores, está vinculado ao fato de que esta Casa tem aperfeiçoado, a cada ano, o processo de diálogo, transparência e construção de acordos que nos permite afirmar que, ainda que na metade do mandato parlamentar, essa Legislatura já conseguiu deixar sua marca como uma das mais produtivas da história recente da Câmara dos Deputados.

É do conhecimento de todos os que atuam no Parlamento que a busca do diálogo e da construção de acordos em torno de propostas polêmicas não é tarefa das mais simples. Para que possamos avançar na produção legislativa que encaminhará as soluções para os problemas mais prementes de nosso País, é preciso comprometer-se com o diálogo permanente e com a abertura de espírito para ouvir posições diferentes da nossa.

Acredito que a principal razão para a expressiva produção legislativa nos 2 últimos anos foi o incansável trabalho dos Líderes partidários, tanto da base do governo quanto da oposição, que não mediram esforços para produzir os acordos necessários para a aprovação das propostas que estão fazendo nosso País avançar em seu desenvolvimento econômico e social.

Nesse esforço conjunto, acredito que esta Presidência contribuiu com sua permanente abertura e disposição para o diálogo, postura que se expressou nas inúmeras e incansáveis reuniões de Líderes que discutiram o encaminhamento das propostas levadas à votação neste Plenário. Nesse debate permanente pude constatar que, apesar das divergências que nos separavam, havia, acima de tudo, abertura de espírito para pensar as

grandes questões nacionais que estavam em pauta e, igualmente, a maturidade necessária para a construção dos acordos que colocam o interesse de todos os cidadãos acima das particularidades de cada agremiação ou grupo político.

Todo esse esforço pode ser percebido com maior clareza quando nos debruçamos sobre as estatísticas que expressam o grande volume, em quantidade e qualidade, da produção legislativa dos 2 últimos anos.

Entre 2011 e 2012, a Câmara aprovou um total de 1.425 matérias. Dessas, 1.079 proposições foram aprovadas conclusivamente no âmbito das Comissões da Casa, dispensada a deliberação do Plenário. Por sua vez, no plenário, os Deputados aprovaram 317 matérias.

O período mostrou-se profícuo também em reuniões de trabalho realizadas pelas Comissões. As Comissões Permanentes realizaram nada menos que 2.452 reuniões. Por sua vez, as 57 comissões temporárias, em funcionamento em 2011 e 2012, contabilizaram um total de 539 reuniões de trabalho.

Desejamos, no entanto, destacar algumas dessas proposições aprovadas, seja pela complexidade dos temas, seja pela importância das alterações normativas.

Duas importantes alterações constitucionais são as Propostas de Emenda à Constituição do Trabalho Escravo e da Igualdade de Direitos do Empregado Doméstico que, atualmente, aguardam votação no Senado Federal. São propostas que visam garantir a dignidade em todas as relações

de trabalho.

Outra questão relevante refere-se ao aumento contínuo do poder de compra do salário mínimo. Além dos investimentos na área produtiva e no setor de infraestrutura, o segredo do sucesso econômico e da estabilidade política do Brasil nos últimos anos pode ser encontrado em sua capacidade de promover a inclusão social de milhões de brasileiros que viviam em situação de pobreza.

Nesse sentido, o aumento contínuo do valor real do salário mínimo, o crescimento do emprego com carteira de trabalho assinada e o maior acesso ao crédito com taxas de juros reduzidas, em conjunto com o maior acesso à educação superior, têm contribuído para a rápida melhoria dos indicadores sociais da população brasileira.

Entre abril de 2002 e janeiro de 2013, o valor nominal do salário mínimo cresceu 239%, enquanto que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC, no mesmo período, não passou de 98,85%, o que representa aumento real de 70,49% no poder de compra do salário mínimo.

Com o propósito de assegurar a continuidade desse importante processo para o País, o projeto de lei, aprovado pela Câmara dos Deputados e convertido na lei em 2011, regulamentou a política de valorização do salário mínimo para o período entre 2012 e 2015, estabelecendo correspondência entre o aumento do salário mínimo e o crescimento do Produto Interno Bruto, medido pelo IBGE.

A nossa economia é estável, o Brasil tem pleno emprego e a pauta

trabalhista pôde, finalmente, avançar na Câmara dos Deputados.

Regulamentamos o exercício da profissão de motorista, estabelecendo a jornada máxima, que visa, assim, a diminuir o número de acidentes nas estradas causados por fadiga. De igual modo, foram regulamentadas as cooperativas de trabalho.

Foi concedido o adicional de periculosidade aos vigilantes, fazendo justiça a essa categoria de trabalhadores que, apesar do perigo a que são submetidos, não tinham direito a esse adicional.

Obviamente, deve ser mencionado o aviso prévio proporcional que, previsto na Constituição de 1988, não havia sido regulamentado em nosso ordenamento jurídico.

Finalmente, a Câmara pode garantir esse direito aos trabalhadores.

Semelhante ao vale transporte e ao vale alimentação, foi instituído o vale cultura, que visa garantir o acesso dos trabalhadores a serviços e produtos culturais e, portanto, ao exercício da plena cidadania.

Não podemos deixar de mencionar a alteração constitucional que garante aos servidores aposentados por invalidez que o valor de seu benefício não será reduzido.

Entre as propostas de emenda constitucional aprovadas pela Câmara, destaco a PEC da Música, que institui imunidade tributária sobre fonogramas produzidos no Brasil; a PEC que regulamenta a carreira de procurador municipal; e a PEC que institui o Sistema Nacional de Cultura.

A Câmara dos Deputados contribuiu para a construção de políticas públicas e a manutenção da estabilidade da economia, aprovando e aprimorando com emendas as matérias oriundas de medidas provisórias, como o Bolsa Atleta, o Programa Minha Casa Minha Vida, a alteração dos valores constantes da tabela do Imposto de Renda, entre outros temas relevantes para a continuidade do processo de crescimento econômico com inclusão social.

No campo tributário, com o objetivo de estimular a geração de empregos, aprovamos a medida provisória que propunha a promoção e a desoneração da folha de pagamento de empresas de diversos segmentos econômicos, que poderão substituir a contribuição previdenciária patronal de 20% sobre a folha de pagamento por alíquotas de 1% a 2%, conforme o caso, sobre a receita bruta. Ainda na área tributária, aprovamos projeto de lei que obriga os comerciantes a exibirem, nas notas fiscais, a descrição do valor dos tributos incidentes sobre os produtos e serviços vendidos, de modo que o consumidor tenha maior conhecimento e consciência sobre os tributos que incidem sobre suas compras.

Os Projetos de Lei Complementar aprovados pela Câmara durante o biênio 2011/2012 incluem o Supersimples; a regulamentação da Emenda 29 relativa ao financiamento do sistema público de saúde; a concessão de financiamento ao beneficiário de imóvel rural, objeto de partilha decorrente do direito de herança; a isenção do Imposto Sobre Serviços para as obras da Copa do Mundo.

Já no campo da produção legislativa, inúmeros são os projetos de lei aprovados pela Câmara dos Deputados.

A demanda da sociedade para atualizar o Direito Penal foi atendida, em especial, quanto às matérias que dispõem sobre novas tecnologias, como a coleta de perfil genético, a fim de possibilitar a identificação criminal, e os delitos praticados via internet.

A Câmara dos Deputados também aprovou lei que tipifica como crime exigir cheque-caução, nota promissória ou qualquer garantia, como condição para o atendimento médico-hospitalar emergencial. Ainda no campo criminal, a Câmara aprovou a alteração do Código Penal para prever penas específicas para os crimes praticados por grupos de extermínio ou milícias privadas.

O Código de Trânsito, por sua vez, foi alterado a fim de permitir a produção de vários tipos de prova, além do bafômetro e do exame de sangue, para constatar se o motorista está embriagado ou não. A diminuição do número de acidentes causados pelo excesso de bebida já é verificada nas estatísticas nacionais.

Aprovamos também o FUNPRESP. Com aprimoramentos, a Câmara ofereceu uma contribuição decisiva para a construção de um modelo previdenciário equilibrado.

Ademais, foi aprovado o Plano Nacional de Educação, prevendo um gasto de 10% do PIB. A proposição aguarda deliberação do Senado Federal.

A Lei Geral da Copa, vale mencionar, foi um dos marcos legislativos relevantes, aprovados entre 2011 e 2012, que permitirá o investimento e a segurança necessários para a realização desse evento esportivo de grande repercussão internacional.

Nesses dois anos, a agenda do legislativo privilegiou as matérias que melhor atendessem aos anseios de toda a população brasileira. A Câmara não se esquivou de seu compromisso com o povo brasileiro, mesmo quando, na agenda, figuravam questões extremamente polêmicas, como o novo Código Florestal e a distribuição dos *royalties* do petróleo.

Com relação ao novo Código Florestal, podemos afirmar, sem dúvida alguma, que poucos assuntos suscitaram maior polêmica no Parlamento. De um lado, ambientalistas, do outro, produtores rurais, sinalizaram, desde o início, as dificuldades de se chegar a um texto que agradasse a todos.

A votação do novo Código constituiu a resposta parlamentar a uma importante demanda da sociedade brasileira, oferecendo segurança jurídica para nossos produtores e uma legislação efetiva de proteção ambiental.

A questão da distribuição dos *royalties* do petróleo é outro tema polêmico que, apesar de dividir as opiniões dos Parlamentares, foi pautado, debatido exaustivamente e votado na Câmara dos Deputados no biênio passado.

O tema ainda gera controvérsias, pois se encontram em campos opostos os denominados Estados e Municípios produtores confrontantes e as demais Unidades da Federação. Não tenho dúvida de que o Parlamento

saberá resolver, da melhor forma para o País, essa importantíssima questão que lida com o nosso futuro.

Gostaria ainda de destacar outro marco em nossa gestão: a Lei de Acesso à Informação, aprovada em 2011. A Câmara foi um dos primeiros órgãos a regulamentar e garantir tal acesso, entre outras medidas, criando o serviço de informação ao cidadão, com balcão de atendimento ao cidadão na entrada deste prédio, telefone e e-mail específico para atender à população.

Deve ser destacado que, antes mesmo da vigência da Lei de Acesso à Informação, a Câmara já divulgava com transparência todas as suas atividades e as de seus Deputados.

Há publicidade dos atos praticados pelos Parlamentares, como discursos e votação em Plenário e nas Comissões, reuniões de Líderes, audiências públicas. Os atos do processo legislativo são publicados imediatamente. Com efeito, as propostas apresentadas, pareceres, atas de audiência, discursos e tramitação das matérias estão disponíveis no *site* da Câmara e podem ser pesquisados a qualquer momento pelo cidadão. A *TV Câmara* apresenta o que está acontecendo nas Comissões e no Plenário em tempo real!!!

Não há dúvidas de que o Legislativo é o mais transparente dos Poderes e talvez por isso seja alvo de tantas críticas, mas não há como mudar esse rumo.

Também não podemos deixar de mencionar a modernização tecnológica e administrativa promovida nesse biênio na Casa. A instalação

dos equipamentos modernos no plenário e nas Comissões certamente contribuirá para facilitar o processo de discussão e votação, permitindo o acompanhamento da pauta pelas Sras. e Srs. Deputados, bem como de qualquer atualização ou alteração, além de contribuir com a redução do volume de papel utilizado.

A nossa instituição sempre se preocupou com o exercício da cidadania. A familiaridade da população com os locais onde são tomadas as decisões é um pressuposto para acabar com a distância entre governantes e governados.

Nesse sentido, abrimos as portas da nossa Casa para exposições e outras atividades culturais, aumentando consideravelmente o número de visitantes.

Merece destaque a exposição da Primeira Missa no Brasil, obra de Vítor Meirelles, elogiada por toda a população, e que somente pode ser vista mediante a celebração de convênio com o Museu de Belas Artes do Rio de Janeiro, responsável pela guarda do quadro.

Esse aspecto mais lúdico da Câmara dos Deputados nunca pode ser esquecido e ajuda a amenizar o dia a dia tenso da instituição, palco das mais acaloradas discussões, próprias de um regime democrático.

Ao mesmo tempo, com o objetivo de disseminar os debates e o conhecimento das propostas legislativas elaboradas por esta Casa, aproximando o cidadão do Parlamento, esta Presidência investiu no processo de expansão do sinal digital da *TV Câmara* e na Rede Legislativa de TV

Digital. O sinal digital, aberto e gratuito, já está disponível em cinco capitais – Fortaleza, Belo Horizonte, São Paulo, Brasília e Porto Alegre – e, para este ano, outras 113 cidades passarão a disseminar os programas da *TV Câmara*.

Antes de finalizar, quero expressar meu orgulho e satisfação por ter tido a nobre oportunidade de presidir esta Casa, instituição que manifesta o sentido mais profundo da expressão “democracia representativa”. Sou um incansável otimista e, por isso, acredito que continuaremos vivendo este momento especial da história de nosso País e é com grande alegria que constato o profundo envolvimento da Câmara dos Deputados com esse processo.

Chamo a atenção para os estreitos vínculos entre o nosso trabalho de representação política do cidadão e a nova configuração da estrutura socioeconômica da sociedade brasileira. Nossa sociedade, historicamente, caracterizou-se até bem pouco tempo atrás por reproduzir, geração após geração, profundas desigualdades sociais. Tivemos mais de três séculos de regime de trabalho escravo e, apenas na terceira década do século XX, iniciamos o processo de reconhecimento da importância dos direitos sociais e do trabalho para a construção de uma sociedade civilizada, justa e democrática.

Por intermédio da continuidade, do amadurecimento e do aprofundamento de nosso processo democrático, o Brasil soube resgatar para a vida cidadã milhões de pessoas que viviam em situação de pobreza. Em função da estabilidade monetária, do crescimento econômico e das

políticas sociais bem sucedidas implantadas nos últimos anos, milhões de cidadãos tiveram ampliados seu acesso à saúde, à educação, ao emprego formal, à casa própria e aos bens de consumo duráveis, para citar apenas algumas melhorias significativas.

Assim, nosso trabalho de representação política da cidadania não pode desvincular-se dessas mudanças sociais. A Câmara dos Deputados é, sim, responsável em grande parte pelas mudanças e pelas transformações que o nosso Brasil tem vivido e pela inclusão social que tem sido produzida neste País.

Precisamos trabalhar para dar continuidade ainda a esse processo de inclusão social, ao mesmo tempo em que firmamos nosso compromisso de conduzir, aos estratos intermediários, as pessoas que ainda vivem em situação de extrema pobreza.

Penso que a maior legitimidade institucional da Câmara dos Deputados e o orgulho pessoal que cada um de nós sente em representar o cidadão devem estar vinculados à própria associação positiva que os brasileiros estão fazendo entre a melhoria de suas condições de vida e a melhoria das condições de todos. Nesse ambiente, propício à continuidade do processo de desenvolvimento social e econômico vivido pelo País nos últimos anos, estaremos prestando contas a um cidadão mais atento, melhor informado, mais consciente dos seus direitos e também mais crítico do nosso trabalho.

O ponto a defender, portanto, é a continuidade do processo de

construção da cidadania e da nação brasileira por intermédio da política. Afinal, como disse Pierre Proudhon, “*política é a ciência da liberdade*”. Nesse sentido, todo o esforço para fortalecer a legitimidade do trabalho de representação política será sempre bem-vindo.

É por essa razão que o nosso empenho na aprovação das propostas relevantes para o cidadão brasileiro é tão importante, pois cada acordo que soubermos construir, cada proposta que aperfeiçoarmos, por meio da deliberação coletiva, produzirá efeitos em benefício da sociedade brasileira.

Ora, um parlamento afinado com os anseios de seu país será, inegavelmente, reconhecido pelos seus cidadãos.

Antes de finalizar, gostaria de lembrar os compromissos que assumi com cada um dos Parlamentares desta Casa, há 2 anos, quando me candidatei à Presidência da Câmara dos Deputados. Naquela ocasião, defendi, entre outras propostas: a centralidade do diálogo como ferramenta principal da condução dos trabalhos legislativos; a representação proporcional e plural das forças políticas nos diversos espaços da Câmara; a modernização tecnológica e administrativa da Casa; a autonomia e a independência do Poder Legislativo, bem como a ampliação do conhecimento pelos cidadãos do trabalho dos Parlamentares e a consequente valorização da imagem e do papel da Câmara junto à sociedade.

Ao fazer este balanço, posso afirmar, com orgulho, que cada um desses compromissos foi reafirmado no dia a dia de nosso trabalho na

Presidência. Pautamos nossa ação pelo diálogo com todas as forças políticas representadas na Casa; buscamos a representação plural e proporcional nas Comissões e na nomeação de Relatores dos projetos em deliberação; modernizamos os equipamentos do plenário e das Comissões; defendemos publicamente, em mais de uma ocasião, as prerrogativas constitucionais da Câmara dos Deputados contra ameaças de interferências por parte de outros Poderes.

Aliás, faço questão de ressaltar que não há como deixar de manifestar minha mais profunda preocupação com as intepreções circunstanciais de nossa Constituição por parte do Judiciário, responsável tão somente por sua guarda, mas que tem se arriscado a interpretações que só ao Legislativo cabem, atitude muito preocupante que segue exigindo postura enérgica e intransigente por parte do Legislativo.

Retomando nosso balanço, por fim, cumprimos a meta de modernizar e ampliar nossos canais de comunicação com a sociedade, de modo que a difícil tarefa de legislar possa ser mais bem compreendida pelo povo.

Nenhuma dessas ações teria sido possível sem o apoio irrestrito dos meus colegas da Mesa Diretora, dos Líderes partidários da Situação e da Oposição, bem como de cada Parlamentar e de cada servidor.

Aliás, aqui quero abrir um parêntese para prestar uma saudação especial aos servidores da Câmara dos Deputados. Sou testemunha do compromisso pessoal que esses homens e mulheres têm com o Legislativo e presto minha sincera homenagem a todos, afirmando, publicamente, que os

cidadãos brasileiros podem ter orgulho de vocês, servidores desta Casa.

Por fim, agradeço a cada Deputado e Deputada o empenho, o esforço, o compromisso com o debate e com o aperfeiçoamento das propostas discutidas nessa Casa. Estou convencido da importância da contribuição de cada Parlamentar na discussão das grandes questões nacionais e no fortalecimento da democracia brasileira, processo que vivenciamos durante cada dia do nosso período na Presidência desta Casa.

Eu gostaria ainda de pronunciar aqui alguns agradecimentos especiais.

Primeiro, eu queria agradecer à Presidenta Dilma Rousseff pela postura respeitosa que sempre teve com este Presidente e com este Parlamento. Queria também agradecer, de forma emocionada, ao nosso sempre Presidente Lula, esse operário, esse trabalhador, esse cidadão humilde que soube conduzir como ninguém este País quando esteve à frente da Presidência da República e eu queria agradecer-lhe pelos conselhos confortantes que ele me deu nos momentos difíceis à frente da Presidência da República.

Gostaria também de agradecer aqui aos ex-Presidentes do Superior Tribunal Federal, Ayres Britto e Cezar Peluso, com quem tive o prazer de conviver durante esses 2 anos pela disposição de diálogo que eles sempre tiveram.

Queria também agradecer aqui de público ao nosso querido Senador José Sarney, ex-Presidente do Senado, com quem tivemos uma parceria

inestimável durante esses 2 anos, pela fiel parceria aqui no Congresso Nacional.

Queria agradecer ao Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado, a quem desejo um mandato profícuo. Queria também agradecer aos integrantes da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados: a 1ª Vice-Presidente Rose de Freitas, ao 2º Vice-Presidente Eduardo da Fonte, ao 1º Secretário, Eduardo Gomes, ao 2º Secretário Jorge Tadeu Mudalen, ao 3º Secretário Inocêncio Oliveira, ao 4º Secretário Júlio Delgado, aos suplentes de Secretários: Geraldo Resende, Manato, Carlos Eduardo Cadoca e Sérgio Moraes, ao Procurador Nelson Marquezelli, ao Ouvidor Miguel Corrêa pela parceria na condução da instituição, a quem peço a vocês uma salva de palmas, porque esta Mesa Diretora da Câmara dos Deputados desta última legislatura honrou o voto dado por cada um de vocês há 2 anos. (Palmas.)

O SR. JÚLIO CESAR (Bloco/PSD-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, questão de ordem.

Eu gostaria que V.Exa. lesse também os candidatos avulsos. Eu sou candidato avulso, e há candidatos avulsos de outros partidos. Nós estamos disputando em plenário, porque nós somos Deputados, e quem vai votar também é Deputado. E que o Deputado faça avaliação entre o oficial e o avulso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Mas, Deputado Júlio Cesar, eu não

estou...

Pois não. Quando chegar a hora, nós faremos a leitura, Deputado. Estamos apenas aqui ainda concluindo o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Quero ainda agradecer às Ministras Ideli Salvatti, das Relações Institucionais; Gleisi Hoffmann, da Casa Civil da Presidência da República; e José Eduardo Cardozo, da Justiça, em nome de quem agradeço a todos os Ministros de Estado pelo tratamento sempre atencioso que me dedicaram.

Quero agradecer ao Presidente do STJ, o Ministro Felix Fischer, e ao ex-Presidente, o gaúcho Ari Pargendler, em nome de quem agradeço a todos os Ministros daquele Tribunal, pela conduta sempre transparente para com este Parlamento.

Agradeço aos Presidentes do Tribunal de Contas da União, o Ministro Augusto Nardes e ao seu ex-Presidente, Ministro Benjamin Zymler, em nome de quem agradeço a todos os demais Ministros e parabênzulo pelo incansável trabalho.

Quero agradecer também ao Ministro-Chefe da Advocacia-Geral da União, Luís Inácio Adams, pelo tratamento sempre cordial para com a Câmara dos Deputados.

Ainda gostaria de agradecer aos Governadores Tarso Genro, do Rio Grande do Sul; Geraldo Alckmin, de São Paulo; Eduardo Campos, de Pernambuco; e Jaques Wagner, da Bahia, em nome de quem agradeço a

todos os Governadores pela sempre prestativa atenção e respeito com a Câmara dos Deputados.

Por fim, queria agradecer ao Secretário-Geral da Mesa, Dr. Sergio Sampaio, pelo apoio e pelo trabalho todo, Sergio, que teve aqui do meu lado, me ajudando nas votações e no encaminhamento do Plenário.

Queria agradecer ao Diretor-Geral, Rogerio Ventura, em nome de quem agradeço a todos os servidores da Câmara dos Deputados, mais uma vez.

Queria agradecer aqui a toda a assessoria da Presidência da Câmara, que trabalhou ao meu lado nesses dois anos, com dedicação e empenho. Se não fossem eles, eu não poderia ter realizado o trabalho que realizei aqui nesta Casa. Então, uma salva de palmas aos servidores, aos funcionários da Presidência da Câmara dos Deputados. *(Palmas.)*

E, por fim, agradeço aos jornalistas que trabalham cotidianamente neste Parlamento, pela forma sempre respeitosa com que trataram este Presidente, e pela sua dedicação em busca da verdade.

Eram estas as minhas palavras. E eu gostaria, mais uma vez, de agradecer, do fundo do coração a cada um e a cada uma de vocês, Deputadas e Deputados desta Casa. Vocês, nesses dois anos, orgulharam o povo brasileiro. E eu deixo a Presidência da Câmara dos Deputados com o sentimento de dever cumprido, e tenho certeza que cumpri o meu dever como

Presidente porque vocês cumpriram o dever de vocês como Parlamentares, como representantes do povo brasileiro.

Viva o Brasil! Viva o Parlamento brasileiro! Viva a Câmara dos Deputados!

Muito obrigado.

Nós temos a presença do Ministro Garibaldi Filho. Está aqui o Ministro? Segundo me consta, está de aniversário hoje? Parabéns, Ministro.

Senhoras e senhores, depois desse brevíssimo pronunciamento, passamos agora à Ordem do Dia, à eleição da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados para o biênio 2013 e 2014.

A presente sessão destina-se à eleição do Presidente da Câmara dos Deputados, dos demais membros da Mesa e dos Suplentes de Secretários.

Solicito aos senhores Parlamentares que registrem as suas presenças nas bancadas do plenário.

Comunico ainda ao Plenário que foram acolhidas pela Presidência as seguintes candidaturas na ordem de inscrição, para o cargo de Presidente: Deputada Rose de Freitas, do PMDB do Espírito Santo; Deputado Júlio Delgado, do PSB de Minas Gerais; Deputado Henrique Eduardo Alves, do PMDB do Rio Grande do Norte e o Deputado Chico Alencar, do PSOL do Rio de Janeiro. Faltou aqui, mas não se inscreveu o Deputado Jair Bolsonaro, que costuma se inscrever em todas as eleições para a Mesa.

Para o cargo de Primeiro-Vice-Presidente: Deputado André Vargas, do

PT do Paraná.

Para o cargo de Segundo Vice-Presidente, o Deputado Júlio Cesar, do PSD, do Piauí, e o Deputado Fábio Faria, do PSD, do Rio Grande do Norte.

Para o cargo de Primeiro Secretário, o Deputado Marcio Bittar, do PSDB, do Acre.

Para o cargo de Segundo Secretário, o Deputado Simão Sessim, do PP, do Rio de Janeiro; o Deputado Waldir Maranhão, do PP, do Maranhão, e o Deputado Vilson Covatti, do PP, do Rio Grande do Sul.

Para o cargo de Terceiro Secretário, o Deputado Maurício Quintella Lessa, do PR, de Alagoas.

Para o cargo de Quarto Secretário, o Deputado Biffi, do PT, do Mato Grosso do Sul.

Para os cargos de Suplentes de Secretários, o Deputado Gonzaga Patriota, do PSB, de Pernambuco; o Deputado Wolney Queiroz, do PDT, de Pernambuco; o Deputado Takayama, do PSC, do Paraná, e o Deputado Vitor Penido, do Democratas, de Minas Gerais.

A relação dos nomes dos candidatos para cada cargo consta do painel eletrônico, assim como da pauta eletrônica desta sessão, como os Parlamentares podem verificar nas bancadas em plenário.

Foi indeferida a candidatura do Deputado Manato ao cargo de Suplente, nos termos do art. 5º, *caput*, do Regimento Interno.

Esta Presidência vai facultar a palavra aos candidatos ao cargo de Presidente pelo tempo de até 15 minutos. A ordem dos oradores foi definida por sorteio.

A primeira a falar é a Deputada Rose de Freitas; o segundo a fazer o seu pronunciamento é o Deputado Henrique Eduardo Alves; o terceiro é o Deputado Júlio Delgado e o quarto é o Deputado Chico Alencar.

Vamos ao debate.